



Justiça na Escola

em cartilha
Patrocínio-MG

Justiça na Escola

Serlon Silva Santos

Copyright © 2014, Dr. Serlon Silva Santos

Projeto Editorial: Adriana Amorim

Projeto Gráfico: Rosi Americano / Vime Comunicação Inteligente

Ilustração: Cássio Dias / Pixton

Revisão: Ana Paula Costa dos Anjos

Santos, Serlon Silva

Justiça na Escola / Serlon Silva Santos

Patrocínio: Editora: 2014

ISBN

2014

Todos os direitos reservados

APRESENTAÇÃO

A Educação é um direito fundamental que define não só o desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego.

Por meio da Educação garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural. O direito à Educação de qualidade é básico porque assegura o cumprimento de outros direitos.

Os impactos da Educação de qualidade são extensos e profundos e podem ser sentidos no combate à pobreza, no crescimento da economia, na promoção da saúde, na diminuição da violência, na garantia do acesso a outros direitos, na ajuda à proteção do meio ambiente, no aumento da felicidade, no fortalecimento da democracia e da cidadania e na compreensão do mundo.

No dia a dia da justiça da infância e da juventude, o juiz sempre se depara com questões que envolvem a educação, seja no que diz respeito à formação das crianças e adolescentes, infratores ou simplesmente sujeitos de direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, seja sob o aspecto dos conflitos em que são envolvidos os menores no âmbito da comunidade escolar.

Atualmente, percebe-se um aumento substancial nas situações de conflito, no desinteresse dos alunos e dos pais pelas questões escolares, na indisciplina, na violência, no uso de drogas, no abuso físico e sexual, dentre outras.

Por outro lado, é sensível a angústia dos profissionais da educação diante dessas situações, que muitas vezes ficam sem saber como lidar com elas, perplexos com os pais que vêm terceirizando a educação de seus filhos e com os reflexos advindos das famílias disfuncionais e desequilibradas. Quais são as causas dos desvios comportamentais? Como equilibrar direitos e deveres?

Nesse contexto, procuramos apresentar com o “*Justiça na Escola*” um ambiente e um momento em que as questões que envolvem a matéria possam ser debatidas pelos diversos segmentos da sociedade, mas, principalmente, pela comunidade escolar, com o objetivo de se avançar no tratamento do tema e buscar efetividade na aplicação da lei, municiando os profissionais da educação de ferramentas que os auxiliem a lidar com as questões sob enfoque.

Serlon Silva Santos
Juiz de Direito
Vara Criminal, da Infância e Juventude



JUSTIÇA NA ESCOLA

De acordo com o disposto no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos inerentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Atento à norma e constatada a necessidade de maior aproximação entre a Justiça e a escola, o Conselho Nacional de Justiça instituiu o programa Justiça nas Escolas, com a proposta de debater temas como combate às drogas, *bullying*, violência nas escolas, evasão escolar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e cidadania, dentre outros. O programa conta com a participação de juízes, professores, educadores, técnicos em psicologia e serviço social, alunos e pais e demais interessados, promovendo-se, com isso, a articulação entre a Justiça e a Educação.

Nessa mesma linha de pensamento, e conscientes do importante papel da Justiça para a comunidade local, foi que tomamos a iniciativa de implantar o programa em nossa comarca.

PÚBLICO ALVO PRINCIPAL

Profissionais da educação, alunos e suas famílias.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Atender às necessidades de informação e formação dos participantes, estimulando o debate acerca da matéria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- oferecer uma visão atualizada e ampliar os conhecimentos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, leis que regem a educação e normas afins;
- proporcionar uma análise crítica e contextualizada sobre a matéria, em busca de avanços na efetividade da aplicação da lei.



METODOLOGIA

O programa será desenvolvido sob a forma de palestras e treinamentos, desdobrando-se em encontros gerais e elaboração de projetos específicos para escolas que apresentem o mesmo perfil e as mesmas necessidades, com visitas e desenvolvimento de atividades no ambiente escolar, por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, e, inicialmente, do Programa Proteger, do Poder Executivo Municipal, da Superintendência Regional de Ensino, além do UNICERP – Centro Universitário do Cerrado-Patrocínio, do IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Patrocínio, do Conselho Comunitário de Segurança Preventiva de Patrocínio – CCSP, e do Projeto Renascença. Além disso, o projeto conta com o apoio da Direção do Foro da Comarca de Patrocínio e da AMAGIS – Associação dos Magistrados de MG.

As bases gerais da metodologia eleita são aquelas já desenvolvidas pelo Programa Proteger (www.programaproteger.com.br), capitaneado pelo Dr. Guilherme Zanina Schelb, Procurador da República com vasta experiência sobre a matéria.

O programa será construído à medida em que se desenvolver e mediante o auxílio dos envolvidos, para que aquele tenha seu nascedouro na própria comunidade a ser beneficiada, sendo que, para tanto, no dia 07 de agosto de 2014, no salão do júri desta comarca, foi apresentada à liderança escolar a proposta do programa, oportunidade em que ela foi convidada a escolher o tema para o primeiro encontro.

A solenidade contou com cerca de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, dentre as quais aproximadamente 150 (cento e cinquenta) diretores e demais líderes das escolas municipais de Patrocínio e estaduais da região, tendo havido unânime aceitação da proposta apresentada com escolha do tema "Medidas Disciplinares", conforme amplamente divulgado.

Consideramos que a efetiva participação dos profissionais da educação na construção e no desenvolvimento do programa é, portanto, o maior diferencial do Justiça na Escola.



O PRIMEIRO ENCONTRO GERAL

O primeiro encontro geral ocorreu nos dias 09 e 10 de setembro de 2014, nos anfiteatros do UNICERP – Centro Universitário do Cerrado-Patrocínio e do IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus Avançado Patrocínio*.

O formato escolhido consistiu em 8 (oito) palestras para 4 (quatro) turmas de 250 (duzentos e cinquenta) profissionais da educação, sendo metade destes oriundos da rede municipal e metade da rede estadual.

Cada turma recebeu uma palestra de conteúdo, segundo o tema escolhido, e uma palestra da área da psicologia ou pedagogia. As palestras de conteúdo foram ministradas pelo Dr. Guilherme Zanina Schelb, com o tema “Medidas Disciplinares”, e as demais por professores e alunos do UNICERP, dos cursos de Psicologia e Pedagogia, mediante a participação da psicóloga e da assistente social judiciais.

Além disso, houve uma palestra para a Polícia Militar da região, em número aproximado de 200 (duzentos) policiais, também proferida pelo Dr. Guilherme Zanina Schelb, com o tema “*Jovens Violentos – Orientações Legais e Práticas Para o Policial Militar*”.

Na abertura e no encerramento de cada palestra de conteúdo foram feitas apresentações de menores infratores e crianças abrigadas, todos beneficiados pelos cursos de musicalização oferecidos pelo Projeto Renascença. No início, os menores apresentaram o hino nacional, na percussão, e ao final uma música sob a forma de coral.



PRÓXIMA FASE

O primeiro encontro geral com os profissionais da educação nos permitiu colher as impressões dos participantes e as avaliações destes acerca de diversos aspectos do evento.

Após a tabulação das fichas de avaliação, constatamos que o evento obteve cerca de 90% de aprovação. Mas nós fizemos questão de nos debruçarmos sobre cada crítica e sugestão apresentadas pelos professores e constatamos que eles, assim como nós, não querem só mais um programa comum, circunscrito a palestras.

Sob esse aspecto, é preciso, então, reafirmar que o Justiça na Escola pretende justamente trazer ferramentas aos profissionais da educação que os auxiliem a lidar com os casos concretos de seu dia a dia. Por isso, almejamos, no decorrer da implementação do programa, visitar cada escola e promover ali, segundo as suas necessidades, não só palestras, como também treinamentos e outras atividades que nos permitam a elaboração de um projeto individual para cada unidade escolar, alcançando-se, inclusive, as famílias dos alunos.

É preciso deixar bem claro, por isso, que o programa se desenvolverá em fases, e cada uma delas será desenhada a partir da participação e da resposta dos beneficiados.

Assim, para que possamos agora avançar, precisamos que os profissionais da educação se envolvam, dando o primeiro passo no sentido de promover um levantamento de suas demandas. O que propomos é que se formem grupos de professores efetivos, por escola, que façam esse levantamento dentro de um prazo definido. Esse material servirá tanto para nos permitir focar melhor o conteúdo das palestras gerais e dos treinamentos, como para guiar as visitas e demais atividades, inclusive a elaboração dos projetos de cada escola.

Nós queremos, então, conclamar a todos os profissionais da educação a que, juntos, de braços dados, andemos em busca dessa esperança que se descortina no horizonte da comunidade escolar de Patrocínio.



